

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	2021	2020
Receita operacional, líquida	3	14.265	11.285
Custos dos serviços		(10.693)	(8.732)
Custos com energia elétrica	4	(7.164)	(5.702)
Custos de construção	5	(2.149)	(1.855)
Custos de operação	6	(1.380)	(1.175)
Lucro bruto		3.572	2.553
Perdas de créditos esperadas	10.2	(155)	(144)
Despesas com vendas	6	(98)	(112)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(501)	(486)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.818	1.811
Resultado financeiro	7	(757)	(353)
Receitas financeiras		223	224
Despesas financeiras		(881)	(613)
Outros resultados financeiros, líquidos		(99)	36
Lucro antes dos tributos		2.061	1.458
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(392)	(239)
Corrente		(180)	(161)
Diferido		(212)	(78)
Lucro líquido do exercício		1.669	1.219
 Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		6,17	4,51
Preferencial A		6,17	4,51
Preferencial B		6,79	4,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhões de reais)



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	1.669	1.219
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	112	(123)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	<u>(38)</u>	<u>42</u>
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	74	(81)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(49)	56
Transferências de impactos realizados para o lucro líquido	(29)	1
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	<u>26</u>	<u>(19)</u>
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(52)	38
Total outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos	22	(43)
Resultado abrangente do exercício	<u>1.691</u>	<u>1.176</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhões de reais)



	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.669	1.219
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	674	574
Baixa de ativos não circulantes	42	30
Tributos sobre o lucro	392	239
Resultado financeiro, líquido	757	353
Valor de reposição estimado da concessão	(748)	(280)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(435)	(35)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(43)	114
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(37)	(9)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(886)	211
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(60)	(180)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(63)	(71)
Outros ativos e passivos, líquidos	75	(70)
Caixa líquido proveniente das operações	1.337	2.095
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(390)	(298)
Instrumentos derivativos recebidos/(pagos), líquidos	(13)	42
Rendimento de aplicação financeira	29	27
Juros pagos - Arrendamentos	(3)	(2)
Tributos sobre o lucro pagos	(208)	(186)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	752	1.678
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(2.448)	(1.961)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(62)	(35)
Resgate de títulos e valores mobiliários	21	31
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(2.489)	(1.965)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	4.428	1.391
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(29)	-
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.146)	(2.352)
Depósitos em garantias	2	15
Obrigações especiais	280	260
Pagamento de principal - Arrendamentos	(12)	(8)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	101	715
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2 (b))	(1.711)	(112)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	1.913	(91)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	176	(378)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	474	852
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	650	474
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	26	24
Arrendamentos capitalizados	32	6
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	20	23
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimento)	-	115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	650	474
Contas a receber de clientes e outros	10	2.724	2.141
Títulos e valores mobiliários		44	4
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	46	134
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	263	195
Outros tributos a recuperar	8.3.1	1.037	940
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	626	67
Outros ativos circulantes		246	189
Total do circulante		5.636	4.144
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	107	93
Títulos e valores mobiliários		54	52
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	741	705
Outros tributos a recuperar	8.3.1	1.978	2.435
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	-	9
Depósitos judiciais	16	573	536
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	160	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	9.441	7.425
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	2.415	2.124
Outros ativos não circulantes		16	32
Direito de uso		37	15
Imobilizado		4	5
Intangível	13	3.235	3.346
Total do não circulante		18.761	16.777
Total do ativo		24.397	20.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	1.272	1.280
Empréstimos e financiamentos	15.2	1.438	798
Passivo de arrendamento		10	6
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	60	11
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	241	196
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	442	354
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.4	761	1
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	125	253
Provisões	16	87	72
Outros passivos circulantes	17	567	504
Total do circulante		5.003	3.475
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	57	53
Empréstimos e financiamentos	15.2	9.970	7.019
Passivo de arrendamento		25	9
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	58	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	81	99
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	215	-
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.4	1.725	2.872
Provisões	16	321	286
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	625	772
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	179
Outros passivos não circulantes	17	141	48
Total do não circulante		13.218	11.337
Patrimônio líquido		6.176	6.109
Total do passivo e do patrimônio líquido		24.397	20.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
				Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.988	356	(173)	190	1.037	821	-	-	5.219
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.219	-	1.219
Outros resultados abrangentes	-	-	(43)	-	-	-	-	-	(43)
Transações com acionistas									
Reservas de Lucros (nota 19.5)	-	-	-	61	172	700	(933)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(263)	-	(263)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(23)	-	(23)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.988	356	(216)	251	1.209	1.521	-	-	6.109
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.669	-	1.669
Outros resultados abrangentes	-	-	22	-	-	-	-	-	22
Transações com acionistas									
Reservas de Lucros (nota 19.5)	-	-	-	75	192	-	(267)	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(280)	-	(280)
Dividendos intermediários (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(821)	(523)	-	(1.344)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(599)	599	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.988	356	(194)	326	1.401	700	-	599	6.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhões de reais)



	2021	2020
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	19.276	15.369
Perdas de créditos esperadas	(155)	(144)
	19.121	15.225
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(5.796)	(5.086)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(2.020)	(1.079)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(2.866)	(2.526)
	(10.682)	(8.691)
Valor adicionado bruto	8.439	6.534
Depreciação e amortização	(675)	(574)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	7.764	5.960
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.664	2.767
Valor adicionado total a distribuir	9.428	8.727
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações de empregados e administradores (incluindo férias e 13º salário)	362	312
Encargos sociais (exceto INSS)	51	42
Benefícios	262	209
(-) Transferências para ordens	(181)	(118)
Outros	15	14
	509	459
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	78	67
ICMS	2.980	2.443
PIS/COFINS sobre faturamento	649	679
Tributos sobre o lucro	392	239
Obrigações intrassetoriais	721	491
Outros	19	20
	4.839	3.939
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e aluguéis	2.411	3.110
	2.411	3.110
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e Juros sobre capital próprio	803	286
Dividendos adicionais propostos	599	-
Reserva de incentivo fiscal	192	172
Reserva legal	75	61
Reserva de retenção de lucro	-	700
	1.669	1.219
Valor adicionado distribuído	9.428	8.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Neoenergia Coelba - “Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador – Bahia – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 10 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

1.1 Coronavírus (“COVID-19”)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo.

Desde então, a Companhia vem adotando todas as diretrizes de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes devem respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

b) Impacto nas demonstrações financeiras

Os impactos do COVID-19 estão baseados nas melhores estimativas da Administração, considerando a perspectiva de retorno gradual das atividades econômicas. Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, bem como mantém uma comunicação com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira.

O desempenho da Companhia foi afetado nas seguintes rubricas:

- (i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado; e
- (ii) Incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) decorrente do aumento do Contas a Receber vencido, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março e 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição esteve vigente até 30 de setembro de 2021 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de *home care*.

As receitas de distribuição de energia estão atreladas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de distribuição. O efeito COVID-19 gerou um impacto negativo no resultado da Companhia, quando comparado a expectativa anterior a pandemia, como segue:

	2021	2020
Retração da demanda de mercado	(214)	(113)
Perdas (Recuperação) de créditos esperadas	(47)	(27)
Lucro operacional	(261)	(140)
Tributos sobre o lucro	49	30
Efeito líquido	(212)	(110)

c) Medidas sócioeconômicas

Diante do cenário, provocado pela pandemia, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, assim como foram adotadas pela Companhia diversas medidas para a proteção de seus colaboradores e, também de auxílio à sociedade, como, por exemplo:

- (i) Doação de refrigeradores científicos no montante de R\$ 4, para 402 municípios, capazes de fornecer temperaturas programáveis e constantes entre 2°C e 8°C, essenciais para a conservação das vacinas contra a COVID-19 que estão sendo utilizadas no Brasil.

1.2 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Riscos Operacionais em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.2.1 Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas e Estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes, considerando tanto a indexação natural à índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

1.2.1.1 Gestão de risco de mercado

Risco da taxa de câmbio e preços de commodities

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2021, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

Risco de inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar à elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7.

1.2.1.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de créditos aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2 c).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2021, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado à cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez.

1.2.1.3 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. O resultado da Companhia está exposto a risco de crédito, principalmente no que diz respeito à inadimplência de clientes, de instituições financeiras, e não performance de fornecedores. Esses riscos poderão impactar o resultado da Companhia, principalmente através das provisões contábeis relacionadas aos faturamentos de energia.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *ratings*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's*, *S&P* ou *Fitch* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional (1)	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
BNP Paribas	AA3	A+	A+
Bradesco		AAA	AAA
Caixa Econômica Federal		AAA	AA
Citibank			AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú			AAA
Santander	AAA		
BNDES		AAA	
Votorantim		AAA	
Safra		AAA	

(1) Bank of América, Scotiabank, MUFG, Morgan Stanley and Sumitomo possuem *ratings* apenas em escala global.

1.2.2 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Período da vigência	Importância segurada (R\$)
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2021 a 31/05/2022	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2021 a 08/10/2023	10
Veículos - Executivo	31/05/2021 a 31/05/2022	100%FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2021 a 31/05/2022	1.316
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2021 a 15/06/2022	1
Veículos - Operacional	31/05/2021 a 31/05/2022	1
Transporte	08/10/2021 a 08/10/2022	2
D&O	23/08/2021 a 23/08/2022	150

Os seguros da Companhia são contratados conforme às respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 16 de fevereiro de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia não faturada
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
13	Intangível (vinculado a concessão)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
21.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Fornecimento de energia (nota 3.1)	6.262	5.364
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	8.235	6.761
Construção de infraestrutura da concessão	2.149	1.855
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	222	705
Valor de reposição estimado da concessão (1)	748	280
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	1.510	305
Outras receitas (nota 3.4)	150	99
Receita operacional bruta	19.276	15.369
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.5)	(5.011)	(4.084)
Receita operacional, líquida	14.265	11.285

(1) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR").

Reajuste Tarifário Anual - IRT 2021

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 22 de abril de 2021, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 22 de abril de 2021, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.857/2021. O efeito médio para os consumidores é de 8,98%, sendo que para os consumidores da alta tensão, 12,28%, enquanto para os da baixa tensão, 7,82%.

O uso dos créditos tributários, referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, bem como a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até março/2021, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado a partir de abril/2021.

A variação da Parcela A foi de 18,52% totalizando R\$ 956, impactada principalmente pelo aumento de 53,02% nos custos de transmissão e 7,34% nos custos com compra de energia, sendo a participação no IRT de 11,09%. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 202,91/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 29,90%, totalizando R\$ 1.035, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 31,10%, deduzida do Fator X, de 1,20%, sendo a participação no IRT de 12,0%. A participação dos componentes financeiros e efeito da retirada dos financeiros anteriores foram de -9,78% e -4,33%, respectivamente, totalizando um efeito médio para o consumidor de 8,98%.

Bandeira Tarifária – Escassez Hídrica

Em agosto de 2021, através da Resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética ('CREG'), determinou, que à ANEEL implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh.

Até dezembro de 2021 a Companhia faturou R\$ 581 a título de Bandeira de Escassez Hídrica.

Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, previstos no anexo da referida resolução. A cobrança valerá para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica, que continuarão pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Bandeiras	2021		2020
	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores
Jan	Amarela	Amarela	Amarela
Fev	Amarela	Amarela	Verde
Mar	Amarela	Amarela	Verde
Abr	Amarela	Amarela	Verde
Mai	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I	Verde
Jun	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde
Jul	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde
Ago	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde
Set	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde
Out	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde
Nov	Escassez Hídrica	Amarela	Verde
Dez	Escassez Hídrica	Verde	Vermelha Patamar II

No ano de 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

Patamares	Até junho/2021 REH nº 2.628/2019 R\$/MWh	De julho a agosto/2021 REH nº 2.888/2021 R\$/MWh	A partir de setembro/2021 Resolução nº 3 MME R\$/MWh
Verde	-	-	Não altera
Amarela	13,43	18,74	Não altera
Vermelha Patamar I	41,69	39,71	Não altera
Vermelha Patamar II	62,43	94,92	Não altera
Escassez Hídrica	-	-	142

Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Em 31 de agosto de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), emitiu a Resolução nº 2, que institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional.

O objetivo é atender ao Sistema Interligado Nacional - SIN, em meio à crise hídrica que afeta os reservatórios das usinas hidrelétricas. O programa, de caráter "excepcional e temporário", terá duração até 30 de abril de 2022 e prevê o pagamento de bônus de R\$ 50 (cinquenta reais) para cada 100 KWh economizados, para os consumidores que apresentem redução do consumo entre 10% a 20%, no período de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2021, comparado com o mesmo período de 2020. Esse bônus vai ser concedido diretamente nas faturas de energia elétrica de cada consumidor, a partir do mês de janeiro de 2022, e em contrapartida a Companhia reconhecerá uma receita de subvenção governamental, em montante equivalente.

Até 31 de dezembro de 2021, o montante estimado de bônus a conceder aos consumidores é de R\$ 105 (nota 17), sendo neutralizado no resultado com o valor a receber em subvenções.

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	GWh		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Residencial	7.614	7.446	6.518	5.475
Comercial	2.878	2.768	2.755	2.280
Industrial	985	1.096	835	733
Rural	2.328	1.913	1.085	785
Poder público	657	608	546	432
Iluminação pública	1.138	1.135	494	384
Serviços públicos	732	684	360	266
Consumo próprio	21	16	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(27)	166
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(7.602)	(6.288)
Subvenções e Subsídios governamentais (1)	-	-	1.298	1.131
Total	16.353	15.666	6.262	5.364

- (1) A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2021, foi registrada receita de R\$ 1.298 (R\$ 1.131 em 2020), sendo: (i) R\$ 432 (R\$ 524 em 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 709 (R\$ 580 em 2020) referentes à subvenção CDE, (iii) R\$ 105 (R\$ 0 em 2020) referente à subvenção bônus crise hídrica e (iv) R\$ 53 (R\$ 27 em 2020) de subvenção CCRBT.

3.2 Disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2021	2020
Consumidor livre	633	473
Consumidor cativo (1)	7.602	6.288
Total	8.235	6.761

- (1) Receitas referentes a disponibilidade de infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.857/2021 (nota 3).

3.3 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	2021	2020
CVA e neutralidade		
Energia (i)	292	(163)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	628	105
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	20	(45)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST (iii)	91	189
Neutralidade de encargos setoriais	(27)	58
PROINFA	-	(6)
	1.004	138
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (iv)	18	259
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	91	(69)
Passivo conta COVID (v)	(134)	(40)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (vi)	543	-
Crédito consumidor reversão para modicidade	12	-
Outros	(24)	17
	506	167
Total	1.510	305

- (i) Energia: CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, devido à elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2021, ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias e de escassez hídrica, conforme determinado pela ANEEL, resultando uma CVA mais ativa neste ano;
- (ii) Encargos do Serviço do Sistema - ESS: CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas em 2021, ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias e de escassez hídrica, conforme determinado pela ANEEL, resultando uma CVA mais ativa neste ano;
- (iii) Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão TUST - Rede Básica: CVA ativa, em função da REH nº 2.726/2020, com vigência de 1º de julho de 2020 até 30 de junho de 2021, realizar acima da cobertura tarifária ANEEL, e reduzida pela REH nº 2.896/2021, com vigência a partir de 1º de julho de 2021, que estabeleceram os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão;
- (iv) Repasse de sobrecontratação: A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da diminuição da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. O resultado das sobras de 4,01% acima do requisito registrado no exercício, ficou enquadrado no limite regulatório estabelecido pela ANEEL, sem efeitos financeiros da sobrecontratação acima dos 5%;
- (v) Passivo conta COVID: Constituição passiva do componente financeiro, correspondente à amortização do saldo do ativo financeiro setorial previsto no inciso V do caput do art. 3º, em função do mercado faturado, conforme estabelecido na REN ANEEL nº 885/2020; e
- (vi) Crédito PIS/COFINS sobre ICMS: Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2021, R\$ -771 à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2021, o valor ativo de R\$ 543 em contrapartida da redução da receita.

3.4 Outras receitas

	2021	2020
Renda da prestação de serviços	32	2
Arrendamentos e aluguéis	85	70
Serviço taxado	8	2
Administração de faturas de fraudes	4	3
Comissão de serviços de terceiros	21	21
Outras receitas	-	1
Total	150	99

3.5 Deduções de receita bruta

	2021	2020
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(2.980)	(2.443)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.298)	(1.139)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(12)	(11)
	(4.290)	(3.593)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(531)	(349)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(54)	(46)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(65)	(37)
Outros encargos (1)	(71)	(59)
	(721)	(491)
Total	(5.011)	(4.084)

- (1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE.

3.6 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica.

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

b) Estimativas e julgamento crítico

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	12.964	13.279	(3.242)	(2.430)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(961)	(595)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2) (iii)	19	93	(107)	(679)
Contratos por cotas de garantia física	5.295	5.158	(565)	(564)
Energia adquirida contrato bilateral	2.181	2.178	(677)	(548)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	652	642	(150)	(178)
Outros	399	402	(94)	(92)
Subtotal	21.510	21.752	(5.796)	(5.086)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	486	373
Total	21.510	21.752	(5.310)	(4.713)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(994)	(877)
Encargos de conexão			(83)	(56)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (iv)			(993)	(133)
Encargo de Energia de Reserva - EER (v)			63	(5)
Outros encargos			(13)	(8)
Subtotal			(2.020)	(1.079)
Créditos de PIS e COFINS			166	90
Total			(1.854)	(989)
Total dos custos com energia elétrica			(7.164)	(5.702)

(1) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

(2) MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (i) O acréscimo do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do aumento dos custos de cotas compulsórias, do reajuste das tarifas dos geradores, do início de novos contratos e principalmente da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude do maior acionamento da geração de usinas térmicas em decorrência da crise hídrica;
- (ii) Menor disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos aumentou o custo com o Risco Hidrológico e o consequente despacho das térmicas aumentou o custo com o Condomínio Virtual;
- (iii) Redução decorrente da equalização do PLD em 2021 gerando menos excedente financeiro, o que não ocorreu em 2020, onde houve um aumento de excedente financeiro devido a diferença de PLD entre submercados e, também, pelo menor volume de compra de energia no MCP.
- (iv) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto à ONS; e
- (v) Em 2021 foi impactado pelo repasse do Excedente de Energia de Reserva, com o PLD em patamares elevados e das expectativas de geração das usinas contratadas no âmbito da Energia de Reserva, tais fatores influenciam diretamente na entrada de recurso na conta.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2021	2020
Pessoal	(163)	(101)
Material	(1.074)	(968)
Serviços de terceiros	(1.136)	(1.004)
Juros sobre obras em andamento	(26)	(23)
Outros	(33)	(22)
Obrigações especiais	283	263
Total	(2.149)	(1.855)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021			
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1) (nota 6.1)	(336)	(37)	(209)	(582)
Administradores	-	-	(5)	(5)
Serviços de terceiros	(370)	(58)	(134)	(562)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(598)	-	(61)	(659)
Provisão para processos judiciais	-	-	(66)	(66)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(7)	(7)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(76)	(3)	(19)	(98)
Total	(1.380)	(98)	(501)	(1.979)

	2020			
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1) (nota 6.1)	(276)	(53)	(192)	(521)
Administradores	-	-	(6)	(6)
Serviços de terceiros	(334)	(58)	(145)	(537)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(511)	-	(49)	(560)
Provisão para processos judiciais	-	-	(61)	(61)
Impostos, taxas e contribuições	(1)	-	(8)	(9)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(53)	(1)	(25)	(79)
Total	(1.175)	(112)	(486)	(1.773)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

6.1 Custo e despesa de pessoal

	2021	2020
Remunerações	(283)	(245)
Encargos sociais	(129)	(108)
Auxílio alimentação	(75)	(47)
Convênio assistencial e outros benefícios	(27)	(25)
Provisão para férias e 13º salário	(75)	(62)
Plano de saúde	(66)	(49)
Participação nos resultados	(94)	(88)
(-) Transferências para ordens	181	118
Outros	(14)	(15)
Total	(582)	(521)

6.2 Depreciação e amortização

	2021	2020
Quota de depreciação e amortização	(649)	(574)
Baixa do valor residual	(25)	-
Cota bens de renda	(1)	-
(-) Crédito PIS/COFINS	16	14
Total	(659)	(560)

6.3 Outras (despesas)/receitas operacionais

	2021	2020
Seguros	(5)	(4)
Despesas de viagem	(16)	(13)
Propaganda e publicidade	(7)	(2)
Multa contratual	96	100
Perdas / alienação / desativação	(72)	(92)
Material	(83)	(62)
Outros	(11)	(6)
Total	(98)	(79)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	29	27
(-) Tributos sobre receita financeira	(12)	(12)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	163	182
Atualização de depósitos judiciais	8	1
Atualização do ativo financeiro setorial	12	2
Outras receitas financeiras	23	24
	223	224
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (i)	(623)	(376)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(58)	(52)
Atualização de provisões para processos judiciais	(84)	(57)
Outras despesas financeiras (ii)	(116)	(128)
	(881)	(613)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (iii)	(740)	(1.716)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	654	754
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b))	(749)	(756)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (iii)	756	1.777
Perdas com variações cambiais e monetárias	(39)	(23)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	19	-
	(99)	36
Resultado financeiro líquido	(757)	(353)

- (i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e aumento do volume da dívida;
- (ii) Refere-se, principalmente, à amortização da cobrança de *fee* pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras da Companhia. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia; e
- (iii) Aumento do euro e do dólar em proporções menores aos doze meses do ano passado, gerando despesas menores nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente menores receitas nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	2.061	1.458
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(701)	(496)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	95	89
Incentivos fiscais	201	178
Outras adições (reversões) permanentes	13	(10)
Tributos sobre o lucro	(392)	(239)
Alíquota efetiva	19%	16%
Corrente	(180)	(161)
Diferido	(212)	(78)

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2021	2020
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	54	67
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	228	273
Provisão para processos judiciais	135	117
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	68	41
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	55	57
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	45	39
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	31	23
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(763)	(509)
Capitalização de juros de dívida	(83)	(110)
Valor justo de instrumentos financeiros	7	-
Outros	8	11
Total	(215)	9
Ativo não circulante	-	9
Passivo não circulante	(215)	-

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(212)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(12)	-
Transferências entre ativos e passivos	215	(215)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(215)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	64	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(78)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	23	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9	-

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos, é de R\$ 215 em 2022.

8.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2021	2020
IRPJ	218	158
CSLL	45	37
Total ativo circulante	263	195

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Nos tributos sobre o lucro a recuperar, foi reconhecido o montante de R\$ 6 como ativos de IRPJ e CSLL, como consequência do resultado do julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.063.187 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em 24 de setembro de 2021, quando foi estabelecida a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o montante de R\$ 871 (R\$ 983 em 31 de dezembro de 2020), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

A principal natureza está relacionada a não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 777 (R\$ 764 em 31 de dezembro de 2020).

8.1.5 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8.2 Benefício fiscal – Mais-valia e PMIPL

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporado	1.127
Provisão Constituída	(744)
Benefício fiscal	383
Amortização acumulada	(930)
Reversão acumulada	614
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67
Amortização	(37)
Reversão	24
Saldo em 31 de dezembro de 2021	54

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

2022	2023	2024	2025	2026
0,0313	0,0297	0,0282	0,0268	0,0254

8.3 Outros Tributos

8.3.1 Outros tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	419	383
Programa de Integração Social - PIS (nota 8.4)	464	532
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (nota 8.4)	2.127	2.455
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2	2
Outros	3	3
Total	3.015	3.375
Circulante	1.037	940
Não circulante	1.978	2.435

8.3.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	149	99
Programa de Integração Social - PIS	12	17
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	54	80
Impostos e contribuições retidos na fonte	39	56
Outros	15	11
Outros tributos a recolher	269	263
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	32	52
Programa de Eficiência Energética - PEE	93	83
Bandeira Tarifária	107	48
Outros	22	7
Encargos setoriais	254	190
Total	523	453
Circulante	442	354
Não circulante	81	99

8.4 Ressarcimento à consumidores – Tributos federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os embargos, acolhendo-os em parte para: (a) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (b) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga.

Em setembro de 2019, transitou em julgado decisão favorável à Companhia, ação está ajuizada em 2010. Diante de tal fato, autorizador da compensação nos termos do art. 170-A do Código Tributário Nacional, a Companhia inicialmente constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar já atualizado no total de R\$ 2.873, tomando por critério de cálculo o entendimento da Receita Federal do Brasil na Solução de Consulta Interna COSIT nº 013/2018, considerando o valor de ICMS devido e não o destacado. Constituiu-se ainda, na ocasião, um passivo no montante de R\$ 2.873, desse total R\$ 1 de honorários de êxito devidos aos advogados. A constituição de um passivo pelo mesmo valor é decorrente da adoção de cautela necessária e devida prudência, frente ao possível entendimento da ANEEL de que os montantes a serem apropriados por meio de compensação dos créditos fiscais reconhecidos deverão ser integralmente repassados aos consumidores, segundo a interpretação da Agência nos termos das normas regulamentares do setor elétrico e do contrato de concessão. O tema, contudo, segue sob consulta pública da Agência, ainda não concluída até a presente data. Os valores contabilizados no ativo e no passivo passaram a ser atualizados pela taxa SELIC.

Após o julgamento dos embargos de declaração no STF, e diante da necessidade de recálculo dos valores à luz do entendimento firmado em torno do expurgo do ICMS pelo valor destacado e não mais o valor devido adotado inicialmente, a Companhia constituiu um ativo suplementar de R\$ 152, sendo: R\$ 97 principal e R\$ 55 atualização.

A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com a regulamentação expedida pela Receita Federal do Brasil. A Companhia iniciou o repasse aos consumidores a partir de abril de 2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.857/21.

Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento à consumidores:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.620
Constituição	201
Atualização monetária	54
Pagamento (1)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.873
Constituição	97
Atualização monetária (2)	139
Transferência para Parcela A (nota 11)	(623)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.486
Circulante	761
Não circulante	1.725

(1) Pagamento de honorários de êxito.

(2) Impacto oriundo da mudança de critério entre ICMS faturado e recolhido, no montante de R\$ 55 e atualização com base nas novas práticas até 2020, no montante de R\$ 84.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	90	83
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	129	221
Fundos de Investimento	431	170
Total	650	474

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de 99% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2021			2020		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	2.849	(554)	2.295	2.282	(463)	1.819
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	17	-	17	17	-	17
Disponibilidade da rede elétrica	66	(1)	65	54	(1)	53
Subvenções e subsídios governamentais	350	-	350	219	-	219
Outros recebíveis	150	(46)	104	155	(29)	126
Total	3.432	(601)	2.831	2.727	(493)	2.234
Ativo circulante			2.724			2.141
Ativo não circulante			107			93

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2021		2020	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	1.153	(321)	901	(270)
Comercial	495	(111)	362	(84)
Industrial	172	(36)	132	(31)
Rural	216	(73)	166	(62)
Poder público	100	(5)	81	(5)
Iluminação pública	109	(4)	98	(8)
Serviço público	103	(1)	73	(1)
Não faturado	501	(3)	469	(2)
Total	2.849	(554)	2.282	(463)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2021		2020	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	1.310	(15)	1.081	(13)
Saldos vencidos:	1.539	(539)	1.201	(450)
90 dias	649	(29)	443	(24)
Entre 91 e 180 dias	129	(31)	124	(26)
Entre 181 e 360 dias	170	(59)	175	(54)
Acima de 361 dias	591	(420)	459	(346)
	2.849	(554)	2.282	(463)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(493)	(397)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(156)	(145)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	48	49
Saldo final do exercício	(601)	(493)

10.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	2021			2020		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia	333	-	333	230	-	230
Encargo de Serviço do Sistema – ESS (nota 3.3)	645	-	645	-	(55)	(55)
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.3)	232	-	232	149	-	149
Outros	10	(42)	(32)	8	(21)	(13)
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	97	(4)	93	117	(47)	70
Risco hidrológico	-	(237)	(237)	-	(217)	(217)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(141)	(141)	-	(229)	(229)
Passivo conta COVID	-	(16)	(16)	-	(40)	(40)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	549	(634)	(85)	-	-	-
Outros	3	(9)	(6)	20	(27)	(7)
Total	1.869	(1.083)	786	524	(636)	(112)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	667	(165)	502	24	(107)	(83)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	1.202	(918)	284	500	(529)	(29)
Total	1.869	(1.083)	786	524	(636)	(112)
Ativo circulante			626			67
Ativo não circulante			160			-
Passivo não circulante			-			(179)

- (1) Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interpôs recurso administrativo quanto a esses valores, contestando os critérios adotados no seu cálculo. Houve evolução da discussão acerca da sobrecontratação involuntária devido à Covid (CP 35/2020), que impactou nas apurações de sobrecontratação do ano de 2020.
- (2) O repasse nas tarifas dos Créditos do PIS/COFINS sobre ICMS ainda será matéria de regulamentação pela ANEEL no âmbito da Consulta Pública nº 05/2021, contudo a ANEEL autorizou o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Nesse sentido, foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2021, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril/21 a mar/22, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal. A Companhia já compensou R\$ 623, equivalente ao montante transferido para diferimento em tarifa (nota 8.4).

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	758	(661)	97
Constituição	2.069	(1.620)	449
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(1.899)	1.755	(144)
Atualização monetária	19	(17)	2
Antecipação conta COVID (1)	(490)	(10)	(500)
Transferências	67	(83)	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	524	(636)	(112)
Constituição (2)	1.775	(472)	1.303
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(288)	495	207
Atualização monetária	46	(34)	12
Transferências	(188)	(436)	(624)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.869	(1.083)	786

- (1) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 500 captados pela CCEE e repassados pela conta COVID às distribuidoras de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

- (2) Em 2021, a companhia constituiu o saldo no montante de R\$ 1.303, com destaque para a CVA de Energia, devido ao aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, decorrente da elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas e do aumento dos eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo, além da CVA de ESS, em função do aumento do Encargo de Segurança Energética (ESS) e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas em 2021.

A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da Conta-Covid, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE – CONTA COVID.

Até o final do exercício de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 149 para amortização da operação financeira da CDE – Conta COVID, em cumprimento ao Despacho nº 939/21.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. As atualizações monetárias dos ativos e passivos financeiros setoriais são efetuadas pela taxa SELIC, conforme PRORET.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	7.425	6.087
Baixas	(10)	(8)
Transferência ativo contratual (1)	1.256	1.054
Transferência ativo intangível	22	12
Ajustes a valor justo (2)	748	280
Saldo final do exercício	9.441	7.425
Ativo não circulante	9.441	7.425

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

(2) Variação do valor justo em decorrência do crescimento do IPCA no exercício.

12.2 Ativo Contratual

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	2.124	1.980
Adições (1)	2.194	1.840
Baixas	(35)	(9)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(571)	(648)
Transferências - ativos financeiros (1)	(1.256)	(1.054)
Transferências - outros	(41)	15
Saldo final do exercício	2.415	2.124
Custo	2.594	2.375
Obrigações especiais	(179)	(251)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

- De acordo com os contratos de concessão:
 - (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
 - (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

- Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:
 - (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
 - (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
 - (iii) Parcela estimada dos investimentos realizados (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

Taxa de amortização a.a.	Concessão 3,90%
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.346
Baixas	(22)
Amortização	(638)
Transferências - ativo financeiro (1)	(22)
Transferências - ativo contratual (2)	571
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.235
Custo	11.479
Amortização acumulada	(6.982)
Obrigações especiais	(1.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.296
Baixas	(13)
Amortização	(567)
Transferências - ativo financeiro (1)	(12)
Transferências - ativo contratual (2)	648
Transferências - outros	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.346
Custo	11.246
Amortização acumulada	(6.539)
Obrigações especiais	(1.361)

- (1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração.
- (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2021	2020
Energia elétrica	447	634
Encargos de uso da rede	447	205
Materiais e serviços	378	441
Energia livre	57	53
Total	1.329	1.333
Circulante	1.272	1.280
Não circulante	57	53

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos bancários	3.041	2.618
Agências de fomento	3.851	2.291
Mercado de capitais (debêntures)	4.516	2.908
Empréstimos e financiamentos (1)	11.408	7.817
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(669)	(828)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(650)	(474)
(-) Títulos e valores mobiliários	(98)	(56)
Dívida líquida	9.991	6.459

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2021	2020
Denominados em R\$	7.695	5.212
Indexados a taxas flutuantes	7.307	4.803
Indexados a taxas fixas	388	409
Denominados em US\$	2.634	2.226
Indexados a taxas flutuantes	974	1.070
Indexados a taxas fixas	1.660	1.156
Denominados em outras moedas	1.131	413
Indexados a taxas fixas	1.131	413
	11.460	7.851
(-) Depósitos em garantia	(11)	(14)
(-) Custos de transação	(41)	(20)
	11.408	7.817
Passivo circulante	1.438	798
Passivo não circulante	9.970	7.019

Em 31 de dezembro de 2021, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2021	2020
Custo médio em % CDI (1)	172,2%	160,3%
Custo médio em taxa Pré	8,1%	4,3%
Saldo da dívida	11.408	7.817
Instrumentos financeiros derivativos	(669)	(828)
Dívida total líquida de derivativos	10.739	6.989

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida

Em 31 de dezembro de 2021, o prazo médio do endividamento da Companhia é de 4 anos. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos financeiros derivativos	Total
2022	1.358	730	215	2.303
2023	2.239	613	141	2.993
2024	2.305	430	(396)	2.339
2025	1.927	352	(372)	1.907
2026	1.582	291	(247)	1.626
Entre 2027 e 2031	3.160	678	(558)	3.280
Entre 2032 e 2036	380	190	-	570
2037 em diante	266	39	-	305
Total	13.217	3.323	(1.217)	15.323

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	7.817	7.715
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	4.428	1.391
Amortizações de principal	(1.146)	(2.352)
Custo de captação	(29)	-
Pagamento de encargos de dívida	(390)	(298)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	2	15
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	640	384
Variação cambial	89	967
Marcação a valor justo	(3)	(5)
Saldo final do exercício	11.408	7.817

- (1) No período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021 as operações captadas, no montante de R\$ 4.428, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 com prazo de vencimento 3 anos captados junto ao *Bank of America*; (ii) R\$ 200 com prazo de vencimento de 1 ano junto ao MUFG; (iii) R\$ 200 com prazo de vencimento de 6 meses junto ao BNP Paribas; (iv) R\$ 200 com prazo de vencimento de 5 anos junto ao Sumitomo; (v) R\$ 200 com prazo de vencimento de 1 mês junto ao Itaú; (vi) R\$ 800 com prazo de vencimento de até 10 anos via emissão de debêntures; (vii) R\$ 800 com prazo de vencimento de até 7 anos via emissão de Notas Comerciais; (viii) R\$ 100 com prazo de vencimento de 5 anos junto ao Scotia; (ix) R\$ 960 com prazo de vencimento de 20 anos captados junto ao BNDES; e (x) USD 150 (R\$ 768), sendo 2/3 oriundos da JICA, com prazo final de 10 anos e o 1/3 do MUFG com vencimento em 5 anos junto a Agência Multilateral *Japan International Cooperation Agency* ("JICA") e o MUFG BANK, LTD ("MUFG"). Para todas as captações em moeda estrangeira foram contratados swaps cambiais mitigando do efeito da exposição cambial de 100% dos fluxos.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2024	200	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	12/08/2024	100	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	27/12/2024	200	-
Linhas de financiamento	R\$	15/06/2022	2.142	1.153
			2.642	1.153

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros:

Consolidado da controladora Neoenergia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

Companhia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 4,0% e 6,0%, respectivamente.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza swaps, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.2.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2021	2020
Contratados para proteção de dívidas:		
Risco de câmbio (NDF, opções e outros derivativos)	1	-
Swap de moeda - US\$ vs R\$	696	719
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	(22)	60
Swap de taxas de juros - R\$	(7)	48
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio - produtos e serviços	1	1
Exposição líquida	669	828
Ativo circulante	46	134
Ativo não circulante	741	705
Passivo circulante	(60)	(11)
Passivo não circulante	(58)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Derivativos não designados para contabilidade de hedge		
Contratados para proteção de dívidas	(7)	23
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	389	468
Contratados para proteção de outras operações	1	1
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	286	336
	669	828

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2021			2020		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	827	1	828	505	1	506
Ganho (perda) reconhecido no resultado	7	1	8	1.021	1	1.022
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	(1)	(1)	-	-	-
Liquidação financeira entradas (saídas)	(88)	-	(88)	(755)	(2)	(757)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(78)	-	(78)	57	-	57
Saldo final	668	1	669	828	-	828
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	-	1	1	-	2	2
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	7	-	7	1.021	-	1.021

c) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentados como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/ intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	<u>Cíveis (i)</u>	<u>Trabalhistas (ii)</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Regulatórias</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	147	186	17	8	358
Adições e reversões, líquidas	59	5	2	-	66
Pagamentos	(71)	(29)	-	-	(100)
Atualizações monetárias	56	27	-	1	84
Saldo em 31 de dezembro de 2021	191	189	19	9	408
Circulante					87
Não circulante					321
	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Regulatórias</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	131	182	24	7	344
Adições e reversões, líquidas	55	9	(3)	-	61
Pagamentos	(74)	(30)	-	-	(104)
Atualizações monetárias	35	25	(4)	1	57
Saldo em 31 de dezembro de 2020	147	186	17	8	358
Circulante					72
Não circulante					286

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos:

(i) Processos cíveis: Do total de R\$ 191 (R\$ 147 em 31 de dezembro de 2020) provisionados, destacam-se:

- Ações cíveis onde se discute indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo, cobranças indevidas, danos morais e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios abrangendo os objetos relativos a danos elétricos em equipamentos, danos interrupção de energia, ações acidentárias, cobrança indevida, corte indevido, irregularidade de consumo, serviço de rede, pedido de ligação, negativação indevida e Portaria DNAEE, no montante estimado de R\$ 152 (R\$ 117 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Processos trabalhistas: Do total de R\$ 189 (R\$ 186 em 31 de dezembro de 2020) provisionados, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, dentre outras, cujo montante estimado é de R\$ 128 (R\$ 126 em 31 de dezembro de 2020); e
- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiras (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo montante estimado é de R\$ 61 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2020).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2021	2020
Processos cíveis (i)	1.193	1.072
Processos trabalhistas (ii)	399	368
Processos fiscais (iii)	610	439
Processos regulatórios (iv)	266	202
Total	2.468	2.081

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos:

- (i) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir:
- Ação indenizatória movida pela Jaguaripe Agro Industrial S/A, em razão de corte de energia elétrica nas suas instalações sem aviso prévio, no montante estimado de R\$ 63 (R\$ 53 em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) Processos trabalhistas: Referem-se a diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, benefícios diversos, ajustes salariais, verbas rescisórias e reflexos.
- (iii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir:
- Notificação Fiscal de Lançamento lavrada pelo Município de Salvador, com a finalidade de promover cobrança de COSIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública) relativamente ao período de 01/2018 a 12/2019, em decorrência de supostas diferenças de cobranças a menor da contribuição, no montante estimado de R\$ 68 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2020).
- (iv) Processos regulatórios: Referem-se às ações de natureza cível com objeto regulatório, cujos destaques passamos a tratar a seguir:
- Mandado de segurança visando reconhecer a ilegalidade do ato que anulou o Despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26 de agosto de 2010 que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica, no montante estimado de R\$ 95 (R\$ 81 em 31 de dezembro de 2020); e
 - Ação Ordinária para anular a Resolução Normativa da ANEEL nº 387, de 15/12/2009 e o Despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010, que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica. Valores estimados em R\$ 69 (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2020).

As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) e (iv) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após ajuizamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58, com impacto de R\$ 8 em dezembro de 2021; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2021	2020
Processos cíveis	195	164
Processos trabalhistas	238	248
Processos fiscais	127	113
Outros processos	13	11
Total	573	536

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2021	2020
Caução em garantia (1)	389	338
Devoluções a consumidores (i)	220	97
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	45	20
Repasse a terceiros	4	10
Adiantamento de serviços técnicos ODS	10	26
Fee aval	-	15
Outros	40	46
Total	708	552
Circulante	567	504
Não circulante	141	48

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente, para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(i) Devolução no montante de R\$ 105 (nota 3).

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Os benefícios de longo prazo compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida"); e (iii) plano de saúde-emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2021	2020
Salários, férias e 13ª salário e encargos a pagar	186	147
Benefícios de curto prazo	55	49
Benefícios de longo prazo - pós-emprego	622	752
Total	863	948
Ativo não circulante - outros (1)	(3)	(20)
Passivo circulante	241	196
Passivo não circulante	625	772

(1) A apresentação do saldo de Superávit do benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulantes.

18.1 Benefícios de longo prazo - Pós-Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos).

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2021			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Néos - Plano PE	1	888	Fechado	Superavitário
	1	888		
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano BA	3.810	1.734	Fechado	N/A
Néos - Plano RN	19	2	Fechado	N/A
Néos - Plano PE	34	3	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	1.500	-	Aberto	Superavitário
	5.363	1.739		
Total	5.364	2.627		

Para o Plano de Saúde Pós-Emprego, a Companhia mantém um seguro coletivo empresarial para cobertura de despesas de assistência médico-hospitalar e de assistência odontológica para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária. Este plano não permite a adesão de novos participantes. Em 31 de dezembro de 2021, o plano possui 6.824 beneficiários (beneficiários ativos - 922 e beneficiários assistidos - 5.902).

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido				Saúde
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(385)	609	(203)	21	(691)
Custo do serviço	-	-	-	-	(1)
Efeitos dos juros	(28)	45	(15)	2	(52)
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	-	43
Benefícios pagos pelo plano	33	(33)	-	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	2	-	15	17	(119)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(21)	-	(21)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(378)	600	(203)	19	(820)
Custo do serviço	-	-	-	-	17
Efeitos dos juros	(25)	41	(14)	2	(58)
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	-	57
Benefícios pagos pelo plano	40	(40)	-	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto (1)	(9)	-	71	62	124
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(80)	-	(80)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(372)	521	(146)	3	(680)
Planos superavitários	(372)	521	(146)	3	(680)
Planos deficitários					

(1) Em 2021, a Companhia apurou uma perda atuarial pelo efeito das mudanças das premissas demográficas no valor de R\$ 27, ocasionada substancialmente pela alteração da hipótese de mortalidade geral e um ganho atuarial pelo efeito das mudanças das premissas financeiras no valor de R\$ 45, ocasionada substancialmente pela alteração da taxa de juros.

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2021		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Contribuição definida
			Total
Custo do serviço	-	(1)	(36)
Efeitos de reduções/liquidações (1)	-	18	-
Despesa com juros de passivos	(25)	(59)	-
Receita com juros de ativos	27	-	-
Total	2	(42)	(39)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	-	17	(36)	(19)
------------------------	---	----	------	------

	2020		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Contribuição definida
			Total
Custo do serviço	-	(1)	(14)
Despesa com juros de passivos	(28)	(52)	-
Receita com juros de ativos	30	-	-
Total	2	(53)	(14)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	-	(1)	(14)	(15)
------------------------	---	-----	------	------

(1) Em 2021, para o Plano de Saúde Coelba, a Companhia apurou um custo de serviço passado no valor de - R\$ 18, ocasionado pela oferta de isenção de pagamento do custo do plano, por parte do empregado, durante o período de um ano, com a condição desse optar pela migração do plano Apartamento para o plano Enfermaria.

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	2021		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Saldo no início	11	(266)	(255)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(9)	124	115
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(80)	-	(80)
Mudança de teto de ativo	71	-	71
Outros efeitos	6	-	6
Efeito bruto	(12)	124	112
Tributos sobre o lucro	4	(42)	(38)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	8	82	74
Saldo no final	3	(184)	(181)

	2020		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Saldo no início	14	(188)	(174)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	2	(119)	(117)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(21)	-	(21)
Mudança de teto de ativo	15	-	15
Efeito bruto	(4)	(119)	(123)
Tributos sobre o lucro	1	41	42
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(3)	(78)	(81)
Saldo no final	11	(266)	(255)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2021		2020	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Valor presente das obrigações atuariais	(372)	(680)	(378)	(820)
Valor justo dos ativos	521	-	600	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(146)	-	(203)	-
Total passivo (ativo) líquido	3	(680)	19	(820)
Ativo não circulante	3	-	19	-
Passivo circulante	-	(55)	-	(4)
Passivo não circulante	-	(625)	-	(816)

e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego

(i) Ativos dos planos por categoria

Os ativos do plano abaixo se referem somente ao plano de benefício definido, pois o plano de saúde pós-emprego não possui ativos de cobertura.

	2021			2020		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Fundo de investimento imobiliário	-	12	12	-	13	13
Outros	-	(24)	(24)	-	(25)	(25)
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – ações/quotas	-	-	-	-	1	1
Fundo de investimento – renda fixa	532	-	532	611	-	611
Total	532	(12)	520	611	(11)	600

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

		2021
	Benefício definido	Saúde pós-emprego
2022	-	55
2023	32	53
2024	32	53
2025	31	53
2026	30	52
Entre 2027 e 2031	140	249
Total	265	515

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano. Com relação ao plano de saúde pós-emprego o desembolso é feito diretamente pela Companhia nos níveis demonstrados acima.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2021		2020	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	388	713	395	867
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,40%	0,00%	4,62%	5,60%
Impacto no duration da obrigação atuarial	9,21	10,46	9,54	14,73
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	356	650	361	779
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	0,00%	(4,37)%	(4,27)%	(5,08)%
Impacto no duration da obrigação atuarial	8,67	9,77	8,98	13,63

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2021		2020	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa média nominal de desconto	8,17%	8,54%	6,98%	7,23%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	3,00%	N/A	3,25%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,00%	3,00%	3,25%	3,25%
Duration (em anos)	8,94	10,11	9,25	14,16
	SUSEP BR - EMSsb v2015 (masc)		SUSEP BR - EMSsb v2015 (masculina)	
Tábua de mortalidade	suavizada em 15%	AT-2000 Basic Light Média	desagravada em 15%	AT-2000 Basic Light Média
Tábua de entrada em invalidez	N/A		N/A	
Tábua de mortalidade de inválidos	BR EMS sb v2010 (masc)	N/A	BR EMS sb v2010 (masc.)	N/A

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *déficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de juros - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ('ALM'). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ('PREVIC').

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

f) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

O plano de saúde pós-emprego possui a mesma sistemática de mensuração e reconhecimento dos planos de benefícios definidos, exceto pela diferença de premissas econômicas e atuariais utilizadas.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias ("ON") e ações preferenciais ("PNA" e "PNB"), todas sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado por decisão do Conselho de Administração até o limite autorizado e, acima desse limite, por deliberação da Assembleia Geral, sem guardar proporção entre as espécies ou classes de ações existentes.

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 3.050 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 2.988 (R\$ 2.988 em 31 de dezembro de 2020).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte (por unidade de ações):

								2021
Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref.B	R\$	Ações	Total R\$
Neoenergia S.A.	149.544.434	1.705	26.895.780	306	82.878.409	945	259.318.623	2.956
Outros	2.453.175	28	324.289	4	-	-	2.777.464	32
Total	151.997.609	1.733	27.220.069	310	82.878.409	945	262.096.087	2.988

								2020
Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref.B	R\$	Ações	Total R\$
Neoenergia S.A.	144.923.027	1.652	25.510.670	291	82.878.409	945	253.312.106	2.888
Outros	7.074.582	81	1.709.399	19	-	-	8.783.981	100
Total	151.997.609	1.733	27.220.069	310	82.878.409	945	262.096.087	2.988

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	938	685
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	168	123
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	563	411
Total	1.669	1.219
Em unidades de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	151.997.609	151.997.609
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	27.220.069	27.220.069
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	82.878.409	82.878.409
Total	262.096.087	262.096.087
Lucro básico e diluído por ação		
Ação ordinária (R\$)	6,17	4,51
Ação preferencial A (R\$)	6,17	4,51
Ação preferencial B (R\$)	6,79	4,96

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (‘JCP’), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2021
Lucro líquido do exercício	1.669
Reserva legal	(75)
Reserva de incentivo fiscal	(192)
Remuneração a distribuir	1.402
Remuneração	
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	351
Remuneração adicional	1.052
	1.402
Natureza da remuneração	
Dividendos	1.122
JCP	280
	1.402
Remuneração total por ação	5,35

A Administração propôs ao Conselho de Administração a destinação adicional, superior aos 25% obrigatórios referente ao exercício de 2021 no montante de R\$ 599 a ser aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2021 este montante está represado dentro do patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos.

Em junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou a remuneração aos acionistas no montante de R\$ 960, sendo: (i) R\$ 821, na forma de dividendos intermediários à conta de reserva de retenção de lucros; e (ii) R\$ 118 (R\$ 139, menos R\$ 21 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a título de antecipação de dividendo mínimo, integralmente pagos pela Companhia em julho de 2021.

O Conselho de Administração aprovou, a título de remuneração antecipada do exercício 2021, a ser considerado no compute do dividendo mínimo obrigatório, os seguintes montantes: (i) R\$ 525 em novembro de 2021, na forma de dividendos intermediários; e (ii) R\$ 140 (R\$ 119, menos R\$ 21 de imposto de renda), em dezembro de 2021, na forma de juros sobre capital próprio, ambos a serem pagos até 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 125 (R\$ 253 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2021					
AGOE de 08 de abril de 2021	Dividendos 2020	23	0,0854355	0,0854355	0,0939791
	Juros sobre capital próprio 2021	139	0,5147569	0,5147569	0,5662326
RCA de 30 de junho de 2021	Dividendos intermediários 2019	821	3,0352352	3,0352352	3,3387587
RCA de 30 de junho de 2021	Dividendos intermediários 2021	525	1,9403890	1,9403890	2,1344279
RCA de 19 de novembro de 2021	Juros sobre capital próprio 2021	140	0,5192246	0,5192246	0,5711471
RCA de 16 de dezembro de 2021		1.648			
2020					
RCA de 22 de dezembro de 2020	Juros sobre capital próprio 2020	263	0,9718181	0,9718181	1,0690000
		263			

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2021	2020
Saldo em 01 de janeiro	253	118
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados do exercício	804	263
Declarados de exercícios anteriores	821	23
Imposto de renda retido na fonte	(42)	(39)
Pagos no exercício	(1.711)	(112)
Saldo em 31 de dezembro	125	253

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados; e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa.

19.4 Reserva de Capital

(i) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Reserva no montante de R\$ 19 em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(ii) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 339, sendo R\$ 383 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, e R\$ 44 que corresponde a valor já capitalizado.

Em 31 de dezembro de 2021, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 329 (R\$ 316 em 31 de dezembro de 2020).

(iii) Gastos com emissão de ações

Valor de gasto incremental (R\$ 2) com laudo de terceiro para viabilizar captação de recursos, reconhecido conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 (IAS 32).

19.5 Reserva de Lucros

(i) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 326 (R\$ 251 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.401 (R\$ 1.209 em 31 de dezembro de 2020).

(iii) Reserva de retenção de lucro

Tem a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 700 (R\$ 1.521 em 31 de dezembro de 2020).

19.6 Política contábil

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos nossos empregados estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	2021			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (d)/(f)	7	-	18	25
	7	-	18	25
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	38	-	64	102
Benefícios a empregados	-	-	1	1
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	118	7	125
Outros passivos (c)/(d)/(f)	8	3	-	11
	46	121	72	239

	2020			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (d)/(f)	8	-	21	29
	8	-	21	29
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	30	-	59	89
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	238	15	253
Outros passivos (c)/(d)/(f)	5	21	-	26
	35	259	74	368

20.2 Transações com partes relacionadas

	2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Resultado do exercício			Total
Receita operacional líquida (a)/(f)	1	-	-
Custos dos serviços (a)	(267)	-	(548)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	(14)	(1)	(23)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(58)	-
	(280)	(59)	(571)
			(910)

	2020		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Resultado do exercício			Total
Receita operacional líquida (a)/(f)	2	-	-
Custos dos serviços (a)	(217)	-	(523)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	(6)	(1)	(6)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(78)	-
	(221)	(79)	(529)
			(829)

20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

- Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo, e prestação de serviço, com instalação de placa solar pela NEOSERV.
- Contribuição ao fundo previdenciário dos funcionários ativos.
- Contrato celebrado para prestação de garantia corporativa, onde a Neoenergia é avalista de instrumentos financeiros com cobrança de *fee* por Aval com vencimento em 2021, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- Contrato de compartilhamento de pessoal entre empresas do grupo.
- Dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas.
- Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM com vencimentos até 2021.

20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	2021	2020
Salários e benefícios recorrentes	2	3
Outros benefícios de curto prazo	1	2
Benefícios de longo prazo	1	1
Rescisões contratuais	1	-
	5	6

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2021			2020		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	219	-	431	304	-	170
Títulos e valores mobiliários	4	-	94	3	-	53
Contas a receber de clientes e outros	3.432	-	-	2.727	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	501	286	-	502	337
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	786	-	-	67	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	9.441	-	-	7.425
Total	4.441	501	10.252	3.101	502	7.985
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	1.329	-	-	1.333	-	-
Empréstimos e financiamentos	10.768	-	640	6.969	-	848
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	-	179	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	111	7	-	11	-
Passivo de arrendamento	35	-	-	15	-	-
Total	12.132	111	647	8.496	11	848

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2021			2020		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	431	-	431	170	-	170
Títulos e valores mobiliários	94	-	94	53	-	53
Instrumentos financeiros derivativos	787	-	787	839	-	839
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	9.441	9.441	-	7.425	7.425
	1.312	9.441	10.753	1.062	7.425	8.487
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	640	-	640	848	-	848
Instrumentos financeiros derivativos	118	-	118	11	-	11
	758	-	758	859	-	859

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2021 e 2020, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 748 e R\$ 280, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2021			2020		
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	10.768	-	10.757	6.969	-	7.020

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo Amortizado ('CA'): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ('VJORA'): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado ('VJR'): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas como um padrão de mercado, que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento.

21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Ativo	US\$ 113	US\$ 138	2029	639	722	
Passivo	R\$ 364	R\$ 442		(353)	(434)	
Líquido				286	288	(2)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Ativo	US\$ 60	US\$ 67	2030	340	350	
Passivo	R\$ 197	R\$ 216		(199)	(218)	
Líquido				141	132	9

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Ativo	US\$ 298	US\$ 223	2024 - 2026	1.693	1.232	
Passivo	R\$ 1.371	R\$ 913		(1.424)	(935)	
Líquido				269	297	(28)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*Euribor*).

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Ativo	€ 34	€ 34	2024	223	223	
Passivo	R\$ 152	R\$ 150		(154)	(152)	
Líquido				69	71	(2)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Ativo	R\$ -	R\$ 118	0	-	126	
Passivo	R\$ -	R\$ 100		-	(100)	
Líquido				-	26	(26)

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via opções e *NDF (Non-Deliverable Forwards)* para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Desembolso USD						
Termo	US\$ 7	US\$ 7	2022 - 2023	2	1	
Líquido				2	1	1

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao €, a Companhia pode contratar operações via *NDF (Non-Deliverable Forwards)* para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Desembolso						
EUR						
Termo	€ 3	€ 1	2022 - 2023	-	-	
Líquido				-	-	-

Programa de *hedge* para desembolsos em Reais

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ prefixados. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em uma taxa prefixada pelo banco credor.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Ativo	R\$ 336	R\$ 336	2022	329	352	
Passivo	R\$ 335	R\$ 328		(336)	(329)	
Líquido				(7)	23	(30)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos para desembolsos em Iene

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados ao fluxo de caixa:

Swap JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Ativo	JPY 18.910	JPY 3.887	2022 - 2031	934	196	
Passivo	R\$ 998	R\$ 204		(1.025)	(206)	
Líquido				(91)	(10)	(81)

21.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	5,5805	(2.635)	(659)	(1.317)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)	Queda do Dólar		2.672	668	1.336
Exposição Líquida				37	9	19
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	6,3210	(215)	(54)	(107)
Swap Ponta Ativa em Euro		Queda do Euro		223	56	111
Exposição Líquida				8	2	4
Dívida em Iene	Iene	Alta do Iene	0,0485	(916)	(229)	(458)
Swap Ponta Ativa em Iene	(JPY)	Queda do Iene		934	234	467
Exposição Líquida				18	5	9

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	5,5805	(46) 46	10 (10)	20 (20)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro Queda do Euro	6,3210	(18) 18	4 (4)	8 (8)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado a Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	670	59	(15)	(30)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	9,15%	(3.833)	(404)	(101)	(202)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	9,15%	(3.492)	(351)	(88)	(175)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	10,74%	(3.310)	(521)	(93)	(186)
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	0,34%	(979)	(11)	(1)	(2)
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	0,34%	979	13	1	2
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	9,15%	(161)	(19)	(4)	(8)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,08%	(2)	-	-	-

22.COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	<u>Compra de Energia (1)</u>	<u>Construção de Infraestrutura</u>
2023	5.424	1.950
2024	5.329	2.116
2025	5.635	1.981
2026	6.094	2.233
2027	6.582	2.528
Entre 2028 e 2031	29.089	11.278

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23.EVENTO SUBSEQUENTE

Captação de dívida

Em 10 de fevereiro de 2022, a Companhia captou um contrato de financiamento junto ao MUFG BANK, LTD ("MUFG"), no valor de R\$ 105, com vencimento final em 5 (cinco) anos.

24. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elena León Muñoz
Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Eduardo Capelastegui Saiz
Leonardo Pimenta Gadelha
Edison Antônio Costa Britto Garcia
Dailton Pedreira Cerqueira
Titulares

Iane de Jesus
Suplente

CONSELHO FISCAL

Francesco Gaudio
Presidente

Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Carlos Célio de Andrade Santos
Luiz Carlos Faria Ribeiro
Titulares

José Antonio Lamenza
Glaucia Janice Nitsche
Antonio Carlos Lopes
Marcella Selbach Garcia Wolff
Suplentes

DIRETORIA

Luiz Antonio Ciarlini de Souza
Diretor-Presidente
Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Juliano Pansanato de Souza
Diretor de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC: BA-017210/O-1
CPF: 614.811.305-87

Luciana Maximino Maia
Superintendente de Contabilidade